

# O contraponto do desenvolvimento: a construção da Hidrelétrica de Estreito (MA/TO – Brasil) e seus impactos (2004-2005)

*Cícero Pereira da Silva Júnior*

Universidade Federal do Pará

Belém – Pará – Brasil

hell\_vetius@hotmail.com

---

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a conjuntura que antecedeu a construção da usina hidrelétrica de Estreito (MA/TO) entre 2004 e 2005 a partir da memória dos impactados em confronto com as reportagens sobre a barragem veiculadas por dois jornais que circulam na região sudoeste do Maranhão: *O Progresso*, de Imperatriz (MA) e o *Jornal Momento*, de Estreito (MA). Para tanto, optou-se pela História Oral como recurso metodológico baseado na concepção de memória como uma ação individual construída socialmente. Essa apreensão da memória sustenta-se na articulação das reflexões de Paul Ricoeur (2007) e Walter Benjamin (1994).

**Palavras-chaves:** Hidrelétrica de Estreito. Memória. Impactos Sociais. Jornais.

---

## Introdução

Este artigo é um exercício de análise da conjuntura que precedeu, entre os anos de 2004 e 2005, a implantação da hidrelétrica de Estreito, localizada entre o Sudeste do Maranhão e o Norte do Tocantins. Os rastros que nos ajudarão a compor a paisagem social daquele momento constituem-se de fontes orais e hemerográficas. Os jornais escolhidos são periódicos locais de ampla circulação na região: *O Progresso*, de Imperatriz (MA) e o *Jornal Momento*, de Estreito (MA), que em algum momento produziram notícias referentes à construção da hidrelétrica em questão.

O primeiro, salvo às segundas-feiras, circula diariamente. Com 46 anos de existência é o terceiro jornal mais antigo em funcionamento no Maranhão<sup>1</sup> e o de maior vendagem no Sul e Sudoeste do estado<sup>2</sup>; o segundo, de tiragem quinzenal, foi fundado em

---

<sup>1</sup> O jornal mais antigo em circulação no Maranhão é o *Imparcial*, fundado em maio de 1926, seguido do *Jornal Pequeno*, cuja impressão começa em 1951. Ambos editados na capital maranhense, São Luís. Cf. CASTRO&FAGUNDES, 2012; CAMÉLO, 2015.

<sup>2</sup> Fundado em 03 de maio de 1970 por José Matos Vieira, surge para pôr Imperatriz no mapa político do Maranhão defendendo-a como a mais indicada a ser a capital do “futuro” estado do Maranhão do Sul. Em 1975 passou ao comando do empresário Nelson Antônio Nahuz Godinho. Distribui suas páginas entre notícias nacionais, sobre a região Tocantina

1997 e sua circulação alcança, além da região Sudoeste do Maranhão, algumas cidades do Norte do Tocantins<sup>3</sup>. As matérias postas em análise foram publicadas entre 2004 e 2005.

Quanto às fontes orais utilizadas para esta discussão, é importante deixar claro que elas são entendidas aqui como “evidência acumulada de uma pessoa viva” (PRINS, 1992, p. 165) e possuem caráter heterogêneo, visto que sua natureza e coleta apresentam distinções que precisam ser mencionadas. Parte delas é formada por entrevistas que me foram concedidas pelos moradores da Ilha de São José, localidade pertencente ao município de Babaçulândia (TO), cujo território foi completamente inundado pelo reservatório da hidrelétrica de Estreito. Estas entrevistas aconteceram entre os anos de 2008 e 2014, sendo que algumas foram realizadas na própria Ilha de São José e outras no reassentamento para o qual essas famílias foram remanejadas.

A outra parte refere-se a um discurso proferido aos 27 de março de 2008 pelo Gerente de Meio Ambiente do Consórcio Estreito Energia (CESTE), empresa responsável pela construção da hidrelétrica, por ocasião de uma audiência pública realizada na cidade de Estreito (MA), referente à linha de transmissão entre esta cidade e Imperatriz (MA). Tanto as entrevistas quanto o pronunciamento possuem uma característica que os solidariza: ambas, para serem constituídas como fontes documentais, precisaram sofrer, em algum âmbito, a interferência do historiador. Em outras palavras, essas fontes não foram encontradas em registros ou arquivos, mas precisaram de minha ajuda para serem materializadas, situação que implica outra característica importante das fontes orais, qual seja, a de que elas são o resultado de “um processo dialógico, isto é, que demanda a existência de pelo menos duas pessoas em diálogo, porém não se trata de uma conversa e sim de relação programada, atenta às gravações” (MEIHY&HOLANDA, 2015, p. 19).

Esse dialogismo é responsável por uma abordagem do passado construída pelo pesquisador – que faz as perguntas, incitando a lembrança –, juntamente com o entrevistado que fornece sua experiência do acontecimento sobre a estrutura de uma narrativa. Por conta dessa estrutura dialógica, a entrevista assume também um caráter normativo, porquanto, ambos os envolvidos nela se encontram em posições ativas e, de

---

e sobre o estado do Maranhão. Seu principal foco, no entanto, é pôr em debate questões políticas atinentes à Imperatriz (MA). Circula de terça a domingo e é o único de edição diária do sul e sudeste do Estado. Cf. VIEIRA, 2010; ASSUNÇÃO&PINHEIRO, 2012.

<sup>3</sup> Isso acontece porque a cidade de Estreito (MA) encontra-se na divisa entre os estados do Maranhão e do Tocantins. Conforme está escrito na primeira página do jornal e nos foi informado pelos responsáveis por sua emissão, os seis mil exemplares do *Jornal Momento* que são impressos quinzenalmente circulam pelas seguintes cidades: Estreito, Imperatriz, Ribamar Fiquene, Campeste, Porto Franco, Lajeado Novo, Paraíso, Riachão, Balsas e Ribeirãozinho no Sul do Maranhão; e Aguiarnópolis, Palmeiras, Wanderlândia, Araguaína, Angico, Ananás, Tocantinópolis, Santa Terezinha, Nazaré, Luzinópolis, Cachoeirinha, Lagoa do São Bento, Araguatins, Augustinópolis, Luzinópolis e Palmas no norte do Tocantins.

certo modo, engajadas no processo estudado e justamente por isso devem esforçar-se por construir uma relação ética e de compromisso com a verdade, não somente enquanto categoria epistêmica, mas também em seu correspondente moral.

Assim, durante a entrevista o historiador “deve ter consciência de sua responsabilidade enquanto coagente na criação do documento de história oral” (ALBERTI, 2006, p. 23). Essa característica proporciona ao historiador um face-a-face com os sujeitos da história assim como nos ajuda a pensar a prática historiográfica como uma construção cujo objeto resulta da elaboração do historiador (FRANÇOIS, 2006). As análises dessas fontes, assim como seu procedimento de coleta, foram norteadas pela História Oral entendida como abordagem teórico-metodológica<sup>4</sup>:

Que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2006, p. 15).

Verena Alberti (2005, p. 19) reitera a aceção posta acima e acrescenta o componente subjetivo que marca a construção das fontes orais acrescentando que a conjuntura reconstruída por meio dos testemunhos de pessoas que participaram dos acontecimentos que se pretende compreender articulam-se também como uma “forma de se aproximar do objeto estudado”.

Como o testemunho por intermédio da entrevista ocupa o centro da abordagem da história oral, é importante que sua realização seja marcada por uma tipologia que a torne mais coerente com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, como o objeto da pesquisa é a conjuntura que precedeu a construção da hidrelétrica, optei pela entrevista de cunho temático, cujo foco é o recorte espaço-temporal do processo que se deseja abordar mediado pela memória do entrevistado que, de alguma maneira, testemunhou esse processo. Dessa forma, a história de vida do indivíduo ocupa papel secundário no jogo de escala em que as experiências de processos específicos vividos pelos entrevistados em determinada época e

---

<sup>4</sup> Há um intenso debate em torno do “lugar” da História Oral na produção historiográfica. Alguns teóricos a relegam a um papel meramente pragmático, cuja função seria a de produzir fontes que, posteriormente devem ser arquivadas. Outros a entendem como metodologia que lança mão de recursos interdisciplinares para dar conta de forma mais adequada de suas análises que precisam articular as apreensões do passado mediadas pela memória e pela oralidade que os atores sociais implicados no processo de pesquisa construíram do momento histórico do qual, de alguma forma, participaram. Outros ainda dão à História Oral o estatuto de disciplina autônoma, como metodologia e teoria próprias. Não é minha intenção aprofundar este debate – mesmo porque sua importância e amplitude não cabem numa nota de pé de página –, apenas mencionar a relevância de sua existência e atualidade, assim como sustentar que encontro-me entre aqueles que advogam à História Oral um estatuto teórico-metodológico, posto que sua feitura exige procedimentos específicos que vão desde a realização das entrevistas, sua transcrição e armazenamento, assim como o aporte teórico necessário à análise desse material que exige um intenso debate em torno dos conceitos de memória individual, social e coletiva, identidade, linguagem, subjetividade e discurso, assim como as relações que estas instâncias travam entre si. Para informações mais detalhadas Cf. ALBERTI, 2005; FERREIRA&AMADO, 2006; MEIHY&HOLANDA, 2015.

lugar assumem o primeiro plano<sup>5</sup> (ALBERTI, 2005; DELGADO, 2006; MEIHY&HOLANDA, 2015).

Ademais, esta reflexão toma como premissa diretiva o argumento de que a memória – porquanto, não há como debruçar-se sobre depoimentos sem atentar-se que eles são compostos na forja da recordação – não é paragem pacífica e sofre interferências tanto do passado – porque é a ele que evoca – quanto do presente, posto que é a partir de suas condições atuais que os homens recordam e interpretam suas experiências<sup>6</sup>. Assim sendo, as versões construídas pelos atores sociais (ilhéus, jornais, representantes do CESTE) sobre o mesmo processo (a construção da hidrelétrica), porém a partir de lugares distintos (impactados, meios de comunicação, empreendedores) tornam a análise historiográfica mais dinâmica, além de levantarem a uma série de questões pertinentes, tais como a memória e suas articulações com a experiência e a linguagem, ambas marcadas pela subjetividade, intencionalidades e relações de poder que subjazem às narrativas.

Dessa maneira, a partir de uma análise cruzada das entrevistas com os jornais, serão mostradas nuances importantes sobre as quais os jornais silenciaram, como, por exemplo, os pontos de vista dos que seriam diretamente atingidos pelo empreendimento. Assim, o silêncio imposto pelos meios de comunicação é quebrado pela perspectiva apresentada nas fontes orais. Essa articulação entre as fontes lançará luz sobre nossa tentativa de compreensão do processo, deixando a mostra suas ambiguidades.

Destarte, defendo aqui que tanto os jornais quanto as pessoas que me confiaram suas memórias não foram testemunhas passivas do processo de construção da hidrelétrica de Estreito. Todavia, seus testemunhos apresentam constituições bastante distintas. Sendo assim, é importante determo-nos brevemente nessa diferenciação conceitual. Giorgio

---

<sup>5</sup> As formas mais usuais de entrevistas utilizadas em projetos de História Oral são as *entrevistas temáticas*, como é o caso deste trabalho, as *histórias de vida* e as *trajetórias de vida*. Conforme Lucília de Almeida N. Delgado (2006), as histórias de vida costumam ser entrevistas aprofundadas e mais demoradas que podem recolher vários depoimentos relativos a um indivíduo ou podem ter cunho autobiográfico. As trajetórias de vida, por seu turno, são entrevistas mais curtas e menos pormenorizadas, geralmente utilizadas quando o entrevistador ou o entrevistado dispõem de pouco tempo. José Carlos Sebe B. Meihy (2015, p. 34) argumenta que, por conta do recorte específico traçado pela entrevista temática, esta assume um tom mais propenso à objetividade, enquanto que a história de vida, por ser mais extensa e “livre” inclina-se mais a “construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além”. Vale lembrar que esses gêneros de entrevistas não se encerram em si mesmos, pelo contrário, são intercambiáveis, posto que é bastante comum os entrevistados relatarem suas trajetórias de vida para tornar mais inteligível o evento que se ocupam em narrar, ou deterem-se em acontecimentos específicos no momento em que contam sua própria história (ALBERTI, 2005).

<sup>6</sup> As reflexões de Pere Petit (1996) nos ajudam a vislumbrar isso com mais clareza. A partir da experiência que teve ao entrevistar as lideranças sindicais, estudantis e políticas que ajudaram a fundar o Partido dos Trabalhadores no Pará, em 1979, afirma que as histórias de vida são postas num enredo coerente tanto para tornar o passado inteligível e justificar escolhas que foram feitas, quanto para reforçar e dar substâncias à postura política que o entrevistado assume na época das entrevistas. Segundo o historiador Catalão, “algumas das pessoas entrevistadas avaliam sua “participação na História” como expressão coerente de sua “evolução política”, enquanto outras fazem autocrítica de sua ação política anterior” (PETIT, 1996, p. 18). É nesse sentido que Pierre Bourdieu (2006) num já célebre artigo, afirma a importância de o historiador não perder de vista a malha social em que o indivíduo está envolvido no momento em que, diante de outrem, conta sua história.

Agamben (2008, p. 27) nos ensina que a palavra *testemunha* tem sua carga semântica proveniente de dois termos latinos: *testis* e *superstes*. *Testis*, cujo significado literal é testemunha, indica aquele que, diante de uma situação litigiosa entre dois indivíduos, “se põe como terceiro”, isto é, alguém que pode discorrer sobre a contenda sem estar envolvido nela, sendo aquele que observou de fora e pode relatar o que viu. No entanto, o estar de fora não implica neutralidade. Já o termo *superstes* aponta para “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso”.

Os ex-moradores da Ilha de São José podem ser considerados como *superstes*. A riqueza de suas narrativas é tributária da forma como eles experienciaram todo o processo – as primeiras visitas dos representantes do Consórcio Estreito Energia (CESTE); os dissensos em meio às negociações pelas indenizações e os conflitos transcorridos durante as manifestações contra a barragem; e, claro, a partida compulsória para os reassentamentos. Tudo isso aliado à forma como esses impasses foram transpostos numa ordem simbólica inteligível.

Esse ponto é importante porque, ao nos debruçarmos sobre os relatos de nossos interlocutores, é imperioso que tenhamos em mente que devemos entender a memória como um ato individual calcado em categorias sociais, e que se o indivíduo interpreta seu passado a partir de suas relações sociais, ele o faz também a partir da solidão última que o constitui. Em última instância, é em torno do indivíduo que o “lembrar” e o que “esquecer” articulam-se. Walter Benjamin (1994) pode nos acompanhar neste caminho. Em seu famoso ensaio sobre Proust, ele nos alerta sobre o caráter hermenêutico do ato de rememorar e do peso que a subjetividade alcança neste ato:

[...] Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu [...]. Pois, o importante para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência (BENJAMIN, 1994, p. 37).

Assim, recordar é, antes de tudo, articular o passado, interpretando-o através das lentes fornecidas por uma experiência marcante, portanto, infundindo nele um sentido calcado nessa experiência. É justamente sobre as condições de produção da memória, sobre esse “trabalho de Penélope”, que tentarei deter-me. Antes de empreender a análise do material, faz-se necessária uma breve apresentação das informações mais relevantes referentes à hidrelétrica de Estreito e seus impactos.

## Um rápido retrospecto

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE de Estreito) é o primeiro empreendimento desse porte construído em solo maranhense e a quarta barragem destinada a extrair energia das águas do rio Tocantins. Antes dela foram construídas a hidrelétrica de Tucuruí (1984) no Pará, Lajeado (2001) e Peixe Angical (2006), ambas no estado do Tocantins. A barragem de Estreito foi construída no rio Tocantins, entre as cidades de Estreito, no Maranhão, e Aguiarnópolis, no Tocantins. Possui potência de geração de 1.087 megawatts (MW). A empresa responsável pela construção da hidrelétrica é o Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado pela GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%) (ALMEIDA, 2007; SILVA JÚNIOR, 2014)<sup>7</sup>.

As obras começaram efetivamente em junho de 2007, após um longo litígio judicial que envolveu o CESTE, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Organização não-governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Ministério Público, além de diversas lideranças políticas locais<sup>8</sup> (ALMEIDA, 2007; LAMONTAGNE, 2010). Tudo isso recebeu ampla cobertura da imprensa sul-maranhense. Em 2011 a primeira unidade geradora já entrava em funcionamento, mas a inauguração oficial deu-se em outubro de 2012.

A construção desta hidrelétrica provocou a inundação efetiva de 400 km<sup>2</sup> (CNEC, 2001; 2005). Além disso, acarretou uma série de impactos de ordem ambiental e social, tais como a mortandade de peixes, a retirada compulsória de famílias de suas terras e o fluxo migratório de trabalhadores de diversas regiões do país em busca de emprego no canteiro de obras. Dentre as cidades diretamente impactadas encontram-se Estreito e Carolina, no

---

<sup>7</sup> Estes dados também podem ser verificados no site oficial do Consórcio Estreito Energia (CESTE) cujo endereço eletrônico é [www.uhe-estreito.com.br](http://www.uhe-estreito.com.br).

<sup>8</sup> Só para citarmos resumidamente alguns casos, entre 31 de janeiro e 04 de fevereiro de 2005 foram realizadas audiências públicas nas cidades impactadas pela hidrelétrica. Tensões entre comunidades indígenas, movimentos sociais e ribeirinhos contrários à construção da hidrelétrica, de um lado, e representantes do CESTE, de outro, marcaram essas audiências. Em fevereiro de 2005 a FUNAI remete ao IBAMA um ofício notificando-o que as terras indígenas Krahôlândia, Apinayé e Krikati não foram devidamente avaliadas no Estudo de complementação do EIA/RIMA apresentado pelo CESTE. Aos 16 de junho de 2005, o Ministério Público Federal emitiu a recomendação N. 001/2005 determinando que o IBAMA suspendesse a Licença Prévia concedida ao CESTE, até que este fizesse ajustes no Estudo de Impacto Ambiental, dentre os quais destacam-se a realização de um estudo etnoecológico sobre os impactos socioambientais sobre as terras indígenas Krahô, Apinayé e Krikati, que fossem consideradas possíveis interferências do empreendimento com outros projetos instalados na região, como a ferrovia Norte-Sul e incluir como grupo atingido as quebradeiras de coco babaçu, além de outros condicionantes. Os índios não aceitaram os técnicos propostos pelo empreendedor e aos 22 de fevereiro de 2006, após uma reunião entre os representantes dos Krahô e dos Gavião-Pykopejê, do Ministério de Minas e Energia (MME), da CNEC Engenharia – empresa responsável pela feitura do EIA/RIMA, do CESTE e do Ministério Público Federal (MPF), o empreendedor resolveu acatar a indicação da equipe de antropólogos escolhida pelos índios, todos ligados à Organização Não-governamental Indigenista Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Para informações pormenorizadas, cf. ALMEIDA, 2007; LAMONTAGNE, 2010; CTI, 2006.

Maranhão e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins. Além das Terras Indígenas Krahólândia, Krikati e Apinayé.

Outra localidade foi totalmente tragada pelas águas do reservatório: uma ilha situada entre Estreito (MA) e Babaçulândia (TO), conhecida como Ilha de São José. Seus moradores viram-se compelidos a deixar para trás suas casas e todo um feixe de relações, vivências e modos de trabalhar a terra para retomarem a vida em reassentamentos ou cidades próximas. A maioria das famílias que moravam nesta ilha foi remanejada em 2010 para quatro reassentamentos no Estado do Tocantins: Bela Vista, Baixão e Santo Estevão, localizados na rodovia TO 423, entre Araguaína e Babaçulândia. Outro reassentamento, chamado Mirindiba, fica a 18 km da cidade de Araguaína, às margens da BR 316, no sentido de Brasília (DF). Será sobre memórias dos membros deste reassentamento, referentes ao início desse processo traumático (2004–2005), cruzadas com as fontes jornalísticas da época, que se debruçará este artigo.

### O Progresso na letra e a barbárie na voz

Os rumores sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito começaram a chamar a atenção da imprensa Sul-Maranhense bem antes da implantação de seu canteiro de obras. As primeiras matérias referentes ainda às negociações acerca da viabilidade e dos custos desta hidrelétrica datam de 2004 e foram emitidas pelo *Jornal Momento*, de Estreito (MA).

A edição do *Momento* que será analisada aqui é a correspondente à quinzena de 13 a 28 de abril de 2004. Ela trazia a seguinte manchete: “Manifestação de apoio à construção da UHE de Estreito – MA”. Em seu interior havia duas matérias com os seguintes títulos: “A Usina de Estreito poderá sair do papel”<sup>9</sup> e “Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no Ministério do Meio Ambiente”<sup>10</sup>. A primeira matéria, encontra-se na página dedicada à cobertura dos acontecimentos políticos relacionados ao Maranhão, seção “Região”. A segunda reportagem aparece na seção “Tocantins”, destinada às notícias daquele estado. Os textos das duas reportagens são praticamente idênticos. No entanto, a relevância dada aos personagens vai distingui-los um pouco. A seção “Região” não

<sup>9</sup> A Usina de Estreito poderá sair do papel. *Jornal Momento*. Estreito, 13 a 28 de abril. 2004. Região, p. 03.

<sup>10</sup> Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no Ministério do Meio Ambiente. *Jornal Momento*. Estreito, 13 a 28 de abril. 2004. Tocantins, p. 05.

menciona o nome de nenhum deputado tocantinense, mas nomeia todos os políticos do Maranhão. Por outro lado, todos os parlamentares do Tocantins são nomeados na outra reportagem, com ênfase para o deputado federal Homero Barreto (PTB – TO) que tem a fala reproduzida na matéria.

Essas reportagens são importantes não por serem as primeiras, mas pelo fato de despontarem mais ou menos como protótipos para várias que se seguiram durante os anos que antecederam o início da construção da barragem, pelo menos para as reportagens que foram favoráveis ao empreendimento, como veremos mais à frente na matéria publicada em *O Progresso*, um ano depois. Rolland Barthes argumenta que essas repetições não se devem a uma falha de estilo, mas a um propósito: elas querem comunicar algo por meio da contínua reiteração de uma ideia sob moldes diversos. Segundo ele, “não sei se as coisas repetidas [...] agradam, mas creio que, pelo menos elas significam” (BARTHES, 2001, p. 08). Assim, em se tratando de meios de comunicação de massa, como os jornais, as repetições e recorrências acabam por denunciar as intenções de quem as promove.

Dessa forma, vejamos o que nos diz a primeira matéria: o parágrafo inicial da reportagem relatava que a construção da hidrelétrica de Estreito poderia começar já no final de 2004, denotando um clima de açodamento e expectativa. O texto continua dessa forma:

[...] A bancada federal do Tocantins se reuniu com a Ministra do meio Ambiente, Marina Silva em Brasília. Na reunião, a pauta foi a reivindicação para adiantar o processo de diagnóstico ambiental, EIA/RIMA, da usina de Estreito, que será construída no rio Tocantins. [...]. Também estiveram à reunião o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Marcos Luiz Barros; o prefeito de Estreito – MA, Benedito Barbosa, representantes de associações e de classes e prefeitos e vereadores dos municípios de Carolina – MA, Babaçulândia – TO, Aguiarnópolis – TO e Darcinópolis – TO [...]. Os recursos a serem aplicados estão orçados na ordem de R\$ 2,2 bilhões [e] [...] devem ser gerados cerca de 5 mil empregos diretos e outros 10 mil indiretos<sup>11</sup>.

Além da pressa pelo início das obras, o texto deixa transparecer o efetivo interesse das elites políticas maranhenses e tocantinenses no projeto hidrelétrico em questão. Por isso, a ação não foi isolada, mas envolveu a “bancada federal do Tocantins”, além das lideranças políticas locais da região maranhense diretamente impactada pela barragem, inclusive o próprio prefeito de Estreito. Esse movimento coordenado de parlamentares e políticos locais deu-se evidentemente, para pressionar a Ministra do Meio Ambiente, à época Marina Silva – cuja posição era notoriamente crítica<sup>12</sup> à construção de hidrelétricas,

<sup>11</sup> A Usina de Estreito poderá sair do papel. *Jornal Momento*. Estreito, 13 a 28 de abril. 2004. Região, p. 03

<sup>12</sup> Ao prefaciá-la, em 2012, uma publicação organizada por diversos pesquisadores do setor elétrico, Marina Silva tece severas críticas à forma como é conduzida a política de geração de energia no Brasil, principalmente ao modelo da Grande Hidrelétrica. Conforme Marina, a matriz energética brasileira, supostamente limpa, acarreta uma série de

mormente na região amazônica – para que o processo de licenciamento da UHE de Estreito se acelerasse, a partir do afrouxamento de entraves no processo de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, documento imprescindível e sem o qual nem uma obra que interfira diretamente no meio ambiente pode ter início<sup>13</sup>. Quase um ano depois, em 1º de fevereiro de 2005, o jornal imperatrizense *O Progresso* lança uma matéria com este título: “Usina tem apoio da comunidade de Estreito”. Esta matéria, publicada em 1º de fevereiro de 2005 foi posta assim:

Associações, políticos e comunidade manifestaram apoio ao empreendimento, que aguarda avanço no processo de licenciamento ambiental. [...]. No plenário da câmara municipal lotado [...] o prefeito de Estreito, José Lopes Pereira, os deputados federais Ronaldo Dimas (PSDB – TO), Eduardo Gomes (PSDB – TO) [...], dividiam espaço com a comunidade [...]. Entre os benefícios citou a injeção de recursos de 2,2 bilhões (custo da obra) e os mais de 20 mil empregos, entre diretos e indiretos<sup>14</sup>.

Os pontos de convergência entre as duas matérias não é apenas o tema da hidrelétrica. Como na reportagem de 2004, são mencionadas a mobilização das forças políticas e econômicas dos dois estados, o grau de investimento e a promessa de empregos, assim como a expectativa de que a construção da hidrelétrica dinamizasse a economia das cidades que lhe são próximas. A aura desenvolvimentista que envolveu as discussões referentes a hidrelétrica era muito forte.

Todo otimismo imbuído de expectativa e pressa pela implementação definitiva da barragem também esteve presente nas comunidades rurais, antes das famílias tomarem total conhecimento dos impactos que decorreriam da construção da usina de Estreito. Maria dos Santos, conhecida também como Maria da Ilha, nos mostra isso em seu testemunho, mas lança luz a aspectos que os jornais silenciaram:

O pessoal estava muito ansioso com a barragem porque ela trazia propostas bonitas [...]. Foram poucas pessoas que, no início, não eram a favor da barragem. A maioria era a favor da barragem devido à dominação, como é que se diz, da ilusão. O grupo que sempre debatia com a barragem era menos. A gente não tinha muita força. Além de ter a empresa [...] tinha os políticos<sup>15</sup>.

---

impactos de alcance territorial, ambiental e social, principalmente sobre as populações tradicionais e os povos indígenas. Dentre esses impactos ela aponta “a perda da biodiversidade, estímulo à formação de intensos fluxos migratórios e explosão demográfica e artificialização das bacias hidrográficas [...]. Essas grandes represas [...] precisam irradiar-se por milhares de quilômetros de linhas de transmissão, pondo abaixo, de forma contínua e permanente, a floresta e a vida que lá existe” (SILVA, 2012, p. 07).

<sup>13</sup> O inciso IV pertencente ao parágrafo primeiro do Art. 225 da Constituição brasileira é claro quanto a isso e encarrega o Poder Público de “exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, [1988] 1999, p. 123). Há ainda dois incisos que versam sobre o controle de atividades degradantes ao meio ambiente a qualidade de vida e a proteção da função ecológica da fauna e da flora (respectivamente incisos V e VII), além de um parágrafo específico para a região amazônica (o quarto parágrafo do artigo 225).

<sup>14</sup> Usina tem apoio da comunidade de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 02.

<sup>15</sup> Entrevista com Maria dos Santos (Maria da ilha), realizada na Ilha de São José (TO), em 17 de maio de 2009.

O depoimento acima confirma o otimismo inicial em relação à barragem, mas ressalta que essa euforia não era partilhada por todos, como as matérias dos jornais constatavam. Conforme a barragem deixava de ser uma possibilidade e transformava-se em algo concreto as tensões entre os moradores da Ilha de São José, a empresa, os políticos locais e os moradores entre si tornava-se mais aguda. Nas reportagens analisadas aqui, os jornais silenciam totalmente sobre qualquer conflito. Tudo parece resolver-se tranquilamente. As matérias argumentavam que todos esperavam pela construção que parecia estar travada por detalhes técnicos e burocráticos. A narrativa acima, no entanto, mostra que a aceitação do empreendimento não era unânime. O texto do *Momento*, agora enfatizando a importância da obra não apenas para a região Sul do Maranhão, mas para o desenvolvimento do Brasil, continua da seguinte forma:

A Usina Hidrelétrica de Estreito é uma obra de interesse nacional, de geração de energia para todo o país. Além de representar a utilização de nossas riquezas para o bem do país, vai reverter diretamente royalties para os municípios atingidos pelo lago [sic]. E que vai significar novas receitas com turismo permanentes, e não turismo de temporada como existe hoje. Novas receitas com a possibilidade de irrigação, entre outros inúmeros benefícios à população<sup>16</sup>.

Em *O Progresso*, a reportagem continua assim:

O deputado federal Sebastião Madeira (PSDB – MA) destacou ser o empreendimento, uma obra necessária ao país [...]. “O Brasil precisa de energia para o desenvolvimento”, observou. [...] “tenho certeza que o consórcio (Ceste) conseguirá cumprir as pré-condições para sua implantação”, disse o deputado, referindo-se aos cuidados socioambientais [...]. Para o prefeito de Estreito [...], não resta dúvida o quanto o empreendimento deste porte vai contribuir para o desenvolvimento da região [...]. O presidente da câmara de vereadores de Estreito [...] disse ser a vontade das pessoas do município ter o empreendimento na região, na expectativa da geração de emprego e renda na injeção da economia local. A esperança de prosperidade e desenvolvimento é a razão comum [...] que leva a câmara de dirigentes lojistas de Estreito a manifestar apoio ao empreendimento<sup>17</sup>.

Ambas as reportagens apontam a obra como de relevância nacional e diretamente implicada na manutenção do crescimento econômico do país. Esse apelo ao nacionalismo é um artifício retórico utilizado para impossibilitar qualquer argumentação contrária. Ao registrar que toda a comunidade apoiava e se mobilizava pela efetivação do empreendimento e enfatizando que os transtornos gerados pela formação do lago seriam todos resolvidos pelo retorno financeiro proporcionado pelos royalties a que os municípios impactados têm direito, se tenta vender a ideia de que todos ganhariam, todos seriam incluídos no

<sup>16</sup> A Usina de Estreito poderá sair do papel. *Jornal Momento*. Estreito, 13 a 28 de abril. 2004. Região, p. 03.

<sup>17</sup> Usina tem apoio da comunidade de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 2.

desenvolvimento e contemplados por suas benesses. Deixa também a entender, mais uma vez, a perspectiva de uma transformação qualitativa na economia da região.

Esse jogo discursivo proposto pelo jornal criava um cenário de confronto desigual entre o Brasil como nação e a região implicada pela construção da hidrelétrica. A produção de energia elétrica como condição de possibilidade para o progresso da nação aliado ao esperado desenvolvimento econômico da região como consequência direta da implementação da hidrelétrica, apareciam como imperativos categóricos. Dando a entender que a geração de energia para suprir o aumento do consumo de eletroeletrônicos e sustentar o desenvolvimento industrial do país, assim como a sua seguridade energética, são maiores que os danos ambientais e sociais que seriam resolvidos com indenizações e ações mitigatórias.

Em 2008, por ocasião de uma audiência pública sobre a implantação da linha de transmissão que interligaria a energia produzida pela hidrelétrica ao Sistema Integrado Nacional, o Gerente de Meio Ambiente do CESTE, pronunciou um discurso muito parecido com o presente nas reportagens acima. Segundo ele:

Nós não viemos aqui pra Estreito, simplesmente, para construir uma hidrelétrica [...] nós viemos aqui para agregar valor. Daqui a cinco anos o Maranhão vai ser exportador de energia, e essa linha de transmissão é um portal de exportação de energia. O Maranhão vai ser autossuficiente de energia, por isso vários empreendimentos estão sendo licenciados no Maranhão [...]. E Estreito, só Estreito!, tem 80% da exportação dessa energia. Isso é uma coisa fabulosa, porque são poucos os estados no Brasil que exportam energia. Agora vamos fazer uma coisa dentro da lei, vamos fazer uma coisa que deixe a comunidade satisfeita com o que vai acontecer. Porque tem que ficar [...] para as outras gerações<sup>18</sup>.

No mesmo ano dona Francelina, uma moradora da Ilha de São José, também faz uma consideração acerca do progresso e do desenvolvimento que viriam juntamente com a hidrelétrica. Ela nos diz o seguinte: “Que diabo de progresso, né? [...] Progresso o quê? Vai vender energia, não é? É o progresso deles e eu não estou precisando disso!”<sup>19</sup>.

Tanto o depoimento acima, quanto as matérias e o discurso do gerente de meio Ambiente do CESTE possuem, cada um, um “núcleo de sentido” próprio (RICOEUR, 2007, p. 171). Dessa forma, não obstante os discursos se referirem à mesma categoria, a saber: o progresso, os significados empregados a esse conceito são antagônicos. Isso não é uma questão puramente semântica, mas tem como condições de produção os lugares sociais muito diferentes dos quais falam o representante da empresa e Dona Francelina.

O discurso do representante do Consórcio responsável pela construção da hidrelétrica faz com que o empreendimento apareça como o fenômeno que proporcionará a

<sup>18</sup> Gerente de meio ambiente do CESTE. Audiência pública em Estreito 27/03/2008.

<sup>19</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França), 21 de abril de 2008. Entrevista realizada na Ilha de São José (TO).

“salvação” econômica e social da região. Em sua apologia à barragem, o Gerente de Meio Ambiente do CESTE incorre naquilo que Paul Ricoeur denomina de “abuso de memória”, ou seja, uma memória construída para uma finalidade específica e pragmática. A isso o filósofo denominou de “memória manipulada”, isto é, “a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade” (RICOEUR, 2007, p. 94). Essa reivindicação de identificação encontra-se logo no início da fala do Gerente de Meio Ambiente quando ele diz que “Nós não viemos aqui pra Estreito, simplesmente, para construir uma hidrelétrica [...] nós viemos aqui para agregar valor”. O “nós” indica que ele pertence a um grupo que quer tomar parte na comunidade de Estreito para “agregar valor”, numa clara estratégia retórica para identificar a empresa a qual ele representa com as pessoas que ele interpela, dando a entender que todos possuem o mesmo objetivo: o progresso da região. Para reforçar isso, ele termina argumentando que todo esse trabalho dever “ficar para as outras gerações”.

Ademais, a supervalorização dos pretensos benefícios econômicos e sociais que decorreriam da construção da hidrelétrica forçaria a construção de uma memória favorável ao processo. Ricoeur, inclusive, compara esta memória instrumentalizada ao conceito weberiano de uma racionalidade conforme a uma finalidade e à de racionalidade instrumental empreendida pelos pensadores da Escola de Frankfurt que é subjacente às discussões de Habermas acerca da oposição entre “razão estratégica” e “razão comunicacional” (RICOEUR, 2007, p. 93-94). Ora, basta analisarmos o discurso do representante do CESTE, articulado ao conteúdo das matérias postas nos jornais à época, para identificarmos um núcleo de sentido comum a elas, qual seja, a justificação da construção da barragem enfatizando que todos os prejuízos acarretados por ela seriam mínimos se comparados com suas benesses. Nesse sentido, ambos sustentam que, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, a partir da exportação dos 80% de energia produzidos pela hidrelétrica, Estreito estaria sensivelmente ligada a esse progresso. Assim, repete-se a articulação Centro-Periferia que defende que o progresso da região deve ser, antes, reflexo do progresso da nação e em função deste.

O testemunho de Dona Francelina, por sua vez, nos mostra outra nuance do processo. Não é a perspectiva *ex machina*, isto é, de alguém que contribui na execução do processo, mas não é por ele afetado. É o discurso de alguém que residiu na Ilha de São José desde 1948 e que se encontra às vésperas de deixá-la compulsoriamente<sup>20</sup>. Assim, a fala de nossa interlocutora possui uma dupla significação: Ela não apenas testemunhou o processo,

---

<sup>20</sup> A entrevista foi realizada em 2008, dois anos antes dos moradores desocuparem o lugar e ele ser tragado pelas águas do rio Tocantins.

mas foi diretamente impactada por ele. Nesse sentido, a posição de Francelina traduz-se no conceito de *superstes*, a que nos referimos no início do artigo. É evidente que isso incidiu sensivelmente em sua leitura do acontecimento, pois, “os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (PORTELLI, 2006, p. 111).

No discurso de Dona França transparece a sensação de um *progresso excludente*. Distintamente do depoimento anterior, o discurso que agora analisamos utiliza expressões carregadas de estranhamento e exclusão. As palavras de Dona França cavam um foço entre a visão de mundo do Consórcio Estreito Energia (CESTE) e a maneira como ela entende o progresso, que não diz respeito a ela: “é o progresso deles”. O discurso do Gerente de Meio Ambiente do CESTE é eivado de locuções que procuram agregar, instigar um sentimento de partilha e participação; as palavras de dona França, pelo contrário, demarcam muito bem a separação entre “eles”, o CESTE, e “ela”, a ribeirinha.

O “Progresso” é algo tão exógeno e estranho à realidade de dona França, que ela declara não precisar dele. Isso nos mostra que este “progresso” não é uma categoria universal ou um processo pelo qual todos forçosamente precisam passar, mas é tão somente uma imposição que alcança hegemonia por conta das necessidades das classes dominantes que, por intermédio de vários mecanismos, tornam o seu discurso absoluto, relegando à marginalidade as outras vozes.

A narrativa de Dona França também desconstrói a ideia de que a construção da barragem seria um bom negócio para todos, ao mencionar que o progresso “deles” está ligado a uma variante financeira que não lhe interessa, porque não se sente participante e nem convidada a tomar parte neste processo como beneficiária, mas somente sair do caminho do progresso, “o progresso deles”. De sua narrativa emana um “excesso de alteridade”, ou seja, “o confronto com outrem, percebido como ameaça [...], como um perigo tanto para a identidade própria, tanto a do nós, quanto a do eu” (RICOEUR, 2007, p. 94). A irrevogabilidade da saída da ilha fez com que Dona França construísse uma representação totalmente negativa da barragem. Isso nos mostra o viés hermenêutico da memória, porquanto sua evocação e uso dependem da interpretação que fazemos de nosso passado individual ou comum para localizar e pôr em relevo os pontos fortes e relegar as ranhuras às sombras do esquecimento. Na verdade, dona Francelina sente-se espoliada por este progresso.

A palavra “deles” indica distanciamento, estranheza, a não partilha dos ideais do outro. O consórcio é entendido como uma alteridade incontornável, que não se importa em

entender a perspectiva daqueles que estão do “lado alagado” do processo. Paul Ricoeur (2007, p. 95) nos adverte sobre isso ao afirmar que “os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro [sic]”.

As reflexões de Walter Benjamin apontam para este mesmo caminho. Em seu último trabalho *Teses sobre o Conceito de História*, escrito no início de 1940<sup>21</sup>, Benjamin (1994, p. 225) já denuncia esse *efeito de Janos* apontado por Ricoeur nos abusos de memória, ao escrever na VII tese que “nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie”, dando-nos a entender que o progresso apresenta sua outra face como catástrofe. Essa outra face é expressa no testemunho de dona França corporificada numa constante referente às populações ribeirinhas atingidas pelas barragens: elas só experimentam a face perversa do progresso, suas ressonâncias mais nefastas. Tal qual o anjo benjaminiano, olham para as ruínas antecipadas de suas vidas e são arrastados pelo vento inexpugnável e irreprimível do progresso que se desdobra como barbárie. É preciso, assim, “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1994, p. 226).

### Considerações finais

As ilações que podemos apontar ao final desta análise é que ao tomar as fontes jornalísticas como documentos é importante termos em mente as condições de produção que norteiam a escrita dessas reportagens e o fato de que mais que retratar a sociedade, os jornais impõem a ela uma imagem de si. No caso de *O Progresso* e do *Jornal Momento*, a imagem proposta é a da premência do desenvolvimento para a região Sul do Maranhão e o esforço das elites políticas locais em viabilizar esse desenvolvimento por meio da pressão junto ao governo pela aceleração da construção da hidrelétrica de Estreito.

No que concerne às fontes orais, sua importância reside em – a partir da narrativização da experiência que os impactados fizeram do evento – mostrar as estratégias de legitimação do empreendimento, expostas pelos jornais. Essas estratégias consistiram na total ausência de referências aos transtornos que o empreendimento acarretaria para as populações atingidas. As reportagens transbordam otimismo e ansiedade pelo início das obras, o que demonstra que os jornais não são veículos neutros de informação, mas estão

---

<sup>21</sup> No início de maio de 1940, Benjamin escreve uma carta a Gretel Adorno – sua amiga e esposa de Adorno – relatando que havia acabado de escrever as “Teses”, mas que não desejava publicá-las. Alguns meses depois, aos 26 de setembro suicidou-se na cidade de Portbou, na fronteira espanhola com a França, para não ser entregue aos nazistas.

completamente engajados em interesses relacionados às camadas sociais às quais eles fazem parte. Gramsci, em 1934, já acenava para este atributo dos jornais enfatizando sua capacidade de não somente apresentar a notícia ao leitor, mas de “fabricar” um leitor receptivo às suas notícias. É como se o discurso circulante da mídia impressa criasse necessidades no público que é, *a priori*, induzido a criar uma expectativa inclinada ao teor da notícia:

Não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 2010, p. 197).

Assim, o jornal não seria um veículo neutro, mas um dispositivo catalizador de relações de poder. O cruzamento/confronto das fontes orais com as matérias dos jornais ajudou a expandir a compreensão do processo, denunciando silêncios e pondo em relevo tensões que as matérias subsumiram. Ajudou a entender também que as decisões são tomadas a partir da lógica centro/periferia ou de cima para baixo, isto é, não há espaço para o debate, as populações diretamente impactadas pelos empreendimentos não foram consultadas, mas comunicadas. Não houve uma discussão em torno da viabilidade de construção da hidrelétrica; as questões orbitam em torno das indenizações, mitigações de impactos e relocação de famílias. Não houve consulta; as famílias foram informadas da necessidade de deixarem suas casas. A escolha residiu apenas na opção por uma carta de crédito ou a ida para um reassentamento. As únicas questões que aparecem como importantes são as ambientais; as sociais já seriam *a priori* resolvidas com a promessa de geração de empregos.

Para terminar, arrisco-me a afirmar que a maneira como são implantados os projetos hidrelétricos, tanto na região amazônica, quanto no resto do Brasil, é um forte indício do autoritarismo do qual ainda somos – por inércia ou ignorância de nosso passado – herdeiros.

---

**THE COUNTERPOINT OF DEVELOPMENT: THE CONSTRUCTION OF THE ESTREITO HYDROELECTRIC PLANT (MA / TO - BRAZIL) AND ITS IMPACTS (2004-2005)**

**Abstract:** This study aims to analyze the situation that preceded the construction of the Estreito hydroelectric power plant - MA / TO between 2004 and 2005 from the memory of the impacted in comparison with the reports of the dam carried by two newspapers circulating in the region southwest Maranhão: Progress, Empress and the Official Time, Strait. Therefore, we opted for the Oral History as a methodological approach based on memory design with an individual action socially constructed. This apprehension of memory holds up the joint reflections of Paul Ricoeur and Walter Benjamin.

**Keywords:** Estreito hydroelectric - Memory - Social Impacts – Newspapers

---

## Referências

### Fontes

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. **Estudos Etno-Ecológicos:** Estudos de complementação dos impactos socioambientais da UHE Estreito nas terras indígenas Kraholândia, Apinajé, Krikati e Governador. 2006

CNEC Engenharia. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Estreito.** 2001

\_\_\_\_\_. **Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Estreito.** 2005

### Jornais

A Usina de Estreito poderá sair do papel. *Jornal Momento*. Estreito, 13 a 28 de abril. 2004. Região, p. 03.

Usina tem apoio da comunidade de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 2

### Entrevistas

Maria dos Santos (Maria da ilha). Entrevista realizada na Ilha de São José, em 17 de maio de 2009.

Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José, em 21 de abril de 2008.

Gerente de meio ambiente do CESTE. Discurso gravado durante audiência pública em Estreito em 27/03/2008.

## Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília: 2007.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. VII-XXV.

ASSUNÇÃO, Thays Silva; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. “Jornalismo em Imperatriz – MA: jornais impressos em tempos de mudança (1979-1985)”. In. *Revista Brasileira de História da Mídia*. V.1. N. 2. Jun./Dez 2012, pp. 181-190.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BENJAMIN, Walter. *Imagem de Proust*. In. BENJAMIN, Walter. “Magia e técnica, arte e política”. In: **Obras Escolhidas**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 36-49.

\_\_\_\_\_. *Sobre o conceito da História*. In. BENJAMIN, Walter. “Magia e técnica, arte e política”. In: **Obras Escolhidas**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-235

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003

\_\_\_\_\_. *A ilusão biográfica*. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-192

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

FRANÇOIS, Etienne. *A fecundidade da história oral*. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 04-13.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. “Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX”. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Pós Com-Methodista, a. 29, n. 49, pp. 43-64, 2º sem. 2007.

CASTRO, Silvio Rogério R. de; FAGUNDES, Esnel José. “São Luís 400 anos: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão”. In. *CAMBIASSU*, São Luís. Ano XIX. N. 10. Jan/jun. 2012, pp. 226-240.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (volume 2). 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LAMONTAGNE, Annie. **Os impactos do processo de licenciamento ambiental:** análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da usina hidrelétrica de Estreito. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor Christian Teófilo da Silva apresentada na UnB. Brasília: 2010

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: A trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.

PRINS, Gwyn. *A história Oral*. In. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992, pp. 163-198.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, Dádiva e Distopia: Impactos Socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) sob a orientação do Prof. Dc. Pere Petit. Bragança, 2014, 173 p.

SILVA, Marina. **Prefácio**. In. MILIKAN, Brent et al (Org.). **O Setor elétrico brasileiro e a Sustentabilidade no século XXI: Oportunidades e Desafios**. Brasília: Ed. Paula Franco Moreira, 2012, pp. 07-08.

VIEIRA, José Matos. O jornal *O Progresso* cumpre o seu papel. In. *O Progresso*. Imperatriz, 04 maio. 2010. Caderno 1, p. 08

---

#### SOBRE O AUTOR

**Cícero Pereira da Silva Júnior** é doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

---

Recebido em 30/05/2016

Aceito em 30/09/2016